

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em Reais Mil

Apresentação
Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN").

Contexto Macroeconômico
• **Brasil:** As perspectivas macroeconômicas e políticas para o Brasil continuam dominadas pelo desafio de cumprir as metas, aprofundar o ajuste fiscal e estabilizar a dinâmica da dívida pública. A dinâmica fiscal - saldo primário e dívida pública - melhorou em 2021-22, mas deteriorou-se novamente em 2023. O governo está perseguindo uma estratégia de aumento de arrecadação e do gasto público. O crescimento econômico foi resiliente durante o primeiro semestre de 2023, mas houve uma visível desaceleração no segundo semestre. Prevemos um perfil de crescimento moderado para a economia em 2024. Houve progressos substanciais em relação a inflação, incluindo os componentes mais inerciais, como o núcleo de inflação e a inflação de serviços. Apesar da continuidade na moderação da inflação ao longo de 2024, ainda se espera que permaneça acima da meta. A expectativa é que a normalização da política monetária continue ao longo de 2024, mas ainda em território restritivo. Prevemos uma conta corrente bem ancorada, apoiada por um grande superávit comercial. Não prevemos grandes reformas estruturais. Esperamos que o governo prossiga em 2025 com uma reforma tributária progressiva do imposto sobre a renda, com um viés de aumentar receitas. Finalmente, do lado positivo, o Brasil se beneficia de uma política monetária crível de metas de inflação, de um grande superávit comercial, sólidos fluxos de investimento direto estrangeiro, de um elevado nível de reservas internacionais, de uma dívida externa baixa, de um perfil de serviço de dívida externa pouco exigente, de um sistema financeiro sólido, de um mercado de capitais bastante desenvolvido e reconhecido potencial no agronegócio, energia verde, e matérias-primas essenciais para uma transição para a economia de carbono zero.

• **Mudança para uma trajetória de crescimento moderado:** Houve uma visível perda de impulso da atividade econômica durante o segundo semestre de 2023. Após fortes registros de crescimento no primeiro (+1,4% ante trimestre anterior, impulsionado pela safra recorde) e segundo trimestres (+1,0% ante trimestre anterior), o ritmo da atividade econômica se suavizou no terceiro trimestre, por conta do fraco investimento e da contribuição negativa da variação dos estoques. Os principais indicadores econômicos sugerem que essa tendência tenha se mantido ao longo do quarto trimestre de 2023.

• **Enfraquecimento do conjunto das políticas macro e microeconômicas:** O carregamento estatístico para o crescimento do PIB em 2024 está projetado para apenas 0,2%, 0,4%. Prevê-se que o crescimento real do PIB diminua de 3,1% em 2023 (alavancado pela safra recorde no primeiro trimestre e pelos estímulos fiscais significativos) para 1,7% em 2024, dadas as condições monetárias e financeiras restritivas, os elevados níveis de endividamento das famílias e os baixos níveis de capacidade ociosa na economia (taxa de desemprego na NAIFRU, ou seja, no nível em que não acelera a inflação), indicadores de confiança mais fracos e reviravolta no ciclo de crédito. Além disso, um mercado de trabalho apertado, uma política fiscal e parafiscal expansionista e os riscos crescentes da inflação de alimentos poderão atrasar a convergência da inflação para a meta. O IPCA moderou-se de 5,8% de 2022 para 4,6% em 2023, e espera-se que diminua para 4,1% em 2024, um patamar ainda acima do centro da meta de inflação.

• **Condições monetárias continuarão restritivas:** Dada a melhora da dinâmica inflacionária e a postura muito restritiva da política monetária, o COPOM começou a cortar a taxa SELIC em agosto e tem prosseguido a um nível constante de corte de 50 pontos-base por reunião desde então. A SELIC atingiu o pico de 13,75% e encerrou 2023 em 11,75%. Prevemos que o COPOM reduza a SELIC para 9,25% em 2024, patamar ligeiramente acima do neutro; risco enfiado para um patamar mais baixo da SELIC.

• **Contexto orçamentário frágil:** O saldo primário e a dinâmica da dívida pública melhoraram em 2021-22, mas houve uma deterioração notável da base fiscal em 2023: regresso aos déficits primários e uma tendência ascendente da dinâmica da dívida pública. Com base nas projeções atuais, o mercado antecipa déficits fiscais primários até 2026 (déficits fiscais nominais acima de 6% do PIB); ao contrário da meta governamental de aumentos crescentes dos superávits. O saldo fiscal primário consolidado do setor público deteriorou para -2,3% em 2023, ante a um superávit de +1,3% em 2022. O déficit fiscal nominal foi de 8,3% em 2023 e a expectativa é que oscile em torno de 7% do PIB em 2024. Finalmente, a dívida pública bruta cresceu para 74,3% do PIB ao final de 2023 e a expectativa é que suba mais 3-4 pontos do PIB em 2024.

• **Grandes superávits comerciais que ancoram a conta corrente externa:** A dinâmica da conta corrente é confortável, dada a sólida superávit comercial apoiado por um equilíbrio energético em rápida melhora e termos de troca comerciais ainda favoráveis. O superávit comercial ultrapassou US\$ 98bil em 2023, acima dos US\$ 61,5bil em 2022 e um novo máximo histórico. O déficit em conta corrente diminuiu para 1,3% do PIB (US\$ -29bil) em 2023 (de -2,5% do PIB, US\$ -48bil, em 2022) e a expectativa é de que permaneça confortavelmente abaixo de 2% do PIB em 2024-25; facilmente cobertos pelo fluxo de Investimentos Diretos no País (IDP, também conhecidos como Investimentos Estrangeiros Diretos). O principal risco para o balanço de pagamentos reside na conta capital, onde o risco fiscal e político pode prejudicar os fluxos de capitais.

• **Estabilizar a dinâmica da dívida pública é um desafio em aberto:** Colocar a dinâmica da dívida pública em uma tendência estrutural de declínio sustentado e garantir espaço orçamentário para se

constituir colchões fiscais continuam sendo os principais desafios macroeconômicos. Isto exigirá superávits fiscais primários estruturais superiores a 2% do PIB, o que contribuiria para uma taxa de juro real neutra mais baixa. É necessário um ajuste fiscal profundo que eleve as poupanças do setor público para garantir ao Banco Central um maior grau de liberdade na calibragem da política monetária.

Destques
• **Resultado do Exercício**
No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Banco registrou lucro líquido (em milhares de reais) de R\$ 317.531 (2022 - R\$ 493.906), correspondente a R\$ 0,11 (2022 - R\$ 0,14) por ação e Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido (ROE) de 13,40% (2022 - 17,35%).

• **Resultado Extraordinário no Exercício de 2022 e 2023**
Na data-base de 30 de dezembro de 2022, último dia útil do exercício fiscal de 2022, o Banco apresentava uma posição líquida passiva (short), e *hedgeda* quase na sua totalidade, em ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, no montante de US\$ 2.529.498 mil. Em conformidade com as normas contábeis aplicadas às Instituições Financeiras, a conversão de transações denominadas em moedas estrangeiras para a moeda nacional deve ser efetuada utilizando-se a taxa PTAX divulgada pelo BACEN, enquanto os demais instrumentos financeiros são convertidos pela taxa Spot interna utilizada para apuração dos seus devidos valores de mercado.

Em função do descasamento entre as taxas Spot vs. PTAX na contabilidade (Spot interna da Goldman Sachs: 5,28853 e PTAX: 5,2177), no último dia útil do exercício fiscal de 2022, o Banco auferiu resultado positivo em função do descasamento de variação cambial, no valor de R\$ 179.164 mil, antes da tributação sobre o lucro e participações. Como o resultado é temporário, a sua reversão, despesa no montante de R\$ 179.164 mil, foi registrada na liquidação das operações denominadas em dólar no mês de janeiro de 2023. Distúrbios dessa natureza ocorrem todos os meses. Contudo, devido ao tamanho da exposição no final do exercício de 2022, o impacto foi significativamente maior do que em outros períodos. A partir da data-base 01 de janeiro de 2023, o Banco adotou a faculdade prevista no Artigo 5º da Resolução CMN nº 4.924/21 que permite a utilização de taxa de câmbio à vista ("SPOT B3") diferente da informada pelo Banco Central do Brasil ("PTAX") para a conversão de transações e de demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional, uma vez que a utilização atende as finalidades definidas na norma e cumpre as demais exigências que foram determinadas pelo Regulador.

• **Reorganização Societária Intragrupo**
Como parte de um esforço global de racionalização da estrutura societária do grupo Goldman Sachs ("Legal Entity Rationalization"), em 2017 foi constituída a sociedade Goldman Sachs Latin America Holdings LLC. ("Goldman Sachs Latin America"), a qual consolidou o controle das entidades Goldman Sachs na Argentina, Chile e México. A Goldman Sachs Latin America tem seu controle final exercido pela The Goldman Sachs Group, Inc.

Sob esta iniciativa, a Reorganização Societária Intragrupo teve como objetivo agregar as entidades Goldman Sachs na região sob uma holding comum, de forma a criar um plano de resolução ("Resolution Plan") mais robusto para o grupo Goldman Sachs na América Latina, incluindo o Conglomerado Goldman Sachs no Brasil ("Conglomerado"). Neste contexto a Reorganização Societária Intragrupo englobou os seguintes passos:
1) Em atendimento ao disposto no artigo 9º, inciso IV, da Resolução CMN nº 4.970/21, foi criada uma sociedade limitada unipessoal, com sede no Brasil, sob a denominação de Goldman Sachs do Brasil Holding Financeira Ltda. ("GSHF"), cujo objeto social exclusivo é a participação societária em instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e que inicialmente teve como única sócia o Goldman Sachs Group, A The Goldman Sachs Group, Inc. contribuiu a totalidade da sua participação acionária no Banco, a qual correspondia a 99,9% do capital social total, para GSHF;
2) A GS Global Holding LLC. ("GS Global Holding") transferiu a totalidade da sua participação acionária no Banco, a qual correspondia a 0,1% do capital social total, para Goldman Sachs Latin America;
3) A The Goldman Sachs Group, Inc. contribuiu a totalidade da sua participação acionária na GSHF para a Goldman Sachs Latin America e por fim
4) Com a conclusão da Reorganização Societária Intragrupo, o Conglomerado passou a ser 99,9% controlado de forma direta pela GSHF, que por sua vez é controlada pela Goldman Sachs Latin America, a qual tem seu controle final, indireto, mantido pela The Goldman Sachs Group, Inc.

• **Mercado de Capitais**
O exercício de 2023 apresentou desafios significativos para os mercados de capitais local e internacional. A primeira metade do ano foi marcada por uma crescente aversão a risco por parte de investidores, em função da incerteza acerca de fatores macroeconômicos globais em um contexto de aperto monetário nas economias desenvolvidas com o intuito de combater persistentes pressões inflacionárias. As esse quadro de taxas de juros ainda mais elevadas, somou-se a crise no setor bancário iniciada pelo colapso de grandes instituições financeiras nos Estados Unidos e na Europa. Em adição a esses fatores, no cenário doméstico, eventos sequenciais de inadimplemento de relevantes empresas, somadas a maiores preocupações fiscais reduziram a confiança dos mercados e levaram a condições de crédito corporativo mais restritas. No segundo semestre, observou-se uma recuperação gradual da atividade nos mercados de capitais, com aumento do número de emissões e normalização de spreads. Essa retomada foi possibilitada pela estabilização dos impactos da crise bancária, pelo fim dos ciclos de contração monetária ao redor do globo e expectativas de cortes de juros. Sob a ótica local, contribuíram positivamente o início dos cortes da taxa SELIC e resultados macroeconômicos que surpreenderam positivamente, com crescimento do PIB e dados de inflação melhores do que o esperado previamente. Em 2023, embora o volume de captações no mercado de capitais brasileiro tenha sido 14% menor do que no ano anterior, notou-se forte recuperação na atividade no segundo semestre e um aumento de 61,5% do volume de negociações no mercado secundário, consolidando perspectivas mais favoráveis para 2024.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022			
	Notas	2023	2022
Ativo			
Disponibilidades		6.259	8.315
Instrumentos financeiros		24.382.038	32.474.250
Aplicações em operações compromissadas	8 (a)	2.656.395	2.777.968
Aplicações em depósitos interfinanceiros	8 (b)	261.872	421.826
Aplicações em moedas estrangeiras		95	-
Títulos e valores mobiliários	8 (c)	9.498.525	8.697.834
Instrumentos financeiros derivativos	8 (d)	5.838.457	19.157.964
Operações de crédito	8 (e)	301.559	311.595
Outros créditos com característica de concessão de crédito	8 (f)	128.376	-
Outros instrumentos financeiros - câmbio	8 (g)	5.696.759	1.107.063
Provisão para perdas esperadas		(137.423)	(9.064)
Operações de crédito	8 (e)	(9.047)	(9.064)
Outros créditos com característica de concessão de crédito		-	-
Ativos fiscais correntes e diferidos		842.196	844.993
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	14 (b)	802.562	806.560
Impostos e contribuições a compensar		39.634	38.433
Outros ativos		382.236	765.412
Investimentos em participações em controladas	9	567.513	480.407
Imobilizado de uso	10	107.514	98.237
(-) Depreciações acumuladas	10	(81.995)	(75.231)
Total do ativo		26.068.338	34.587.319

Passivo e Patrimônio líquido			
	Notas	2023	2022
Depósitos e demais instrumentos financeiros		21.051.128	29.602.088
Depósitos de clientes e instituições financeiras	12 (a)	8.754.020	4.504.147
Obrigações por empréstimos	12 (b)	843.716	12.876.838
Obrigações por operações compromissadas	12 (c)	80.337	217.760
Certificados de operações estruturadas	12 (d)	271.558	226.430
Instrumentos financeiros derivativos	8 (d)	5.398.634	10.671.425
Outros instrumentos financeiros - câmbio	8 (g)	5.702.863	1.105.488
Provisões		1.253	1.157
Obrigações fiscais		1.075.617	1.146.363
Impostos de renda e contribuição social - Corrente		67.232	97.765
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	14 (b)	966.711	1.015.487
Outras obrigações fiscais	14 (c)	41.674	33.111
Outros passivos		13	781.539
Patrimônio líquido		3.158.801	2.847.111
Capital social	15 (a)	2.822.788	2.529.788
Reservas de lucros	15 (c)	344.231	325.700
Outros resultados abrangentes		(8.218)	(8.377)
Total do passivo e patrimônio líquido		26.068.338	34.587.319

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022			
	Capital social	Aumento de capital	Reserva de lucros
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.528.086	651.000	13.389
Aumento de capital - Homologado	946.442	(651.000)	-
Aumento de capital - Em fase de homologação	-	55.250	-
Ajuste de avaliação patrimonial - plano baseado em ações	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial - títulos disponíveis para venda	-	-	-
Remuneração do plano de benefícios definidos	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-
Destinação do lucro líquido	-	-	-
Reserva legal	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.474.538	55.250	24.696
Aumento de capital - Homologado	331.250	(55.250)	-
Aumento de capital - Em fase de homologação	-	17.000	-
Ajuste de avaliação patrimonial - plano baseado em ações	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial - títulos disponíveis para venda	-	-	-
Remuneração do plano de benefícios definidos	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-
Destinação do lucro líquido	-	-	-
Reserva legal	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.805.788	17.000	40.572

	Reserva legal	Reserva estatutária	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	13.389	159.384	(21.054)	-	2.363.028
Aumento de capital - Homologado	-	-	-	-	72.250
Aumento de capital - Em fase de homologação	-	-	-	-	55.250
Ajuste de avaliação patrimonial - plano baseado em ações	-	-	12.981	-	12.981
Ajuste de avaliação patrimonial - títulos disponíveis para venda	-	-	(699)	-	(699)
Remuneração do plano de benefícios definidos	-	-	395	-	395
Lucro líquido do exercício	-	-	493.906	-	493.906
Destinação do lucro líquido	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	24.696	-	-	(24.696)
Reserva estatutária	-	-	319.210	-	(319.210)
Juros sobre o capital próprio	-	24.696	301.004	-	(150.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	13.389	159.384	(8.377)	-	2.847.111
Aumento de capital - Homologado	-	-	-	-	17.000
Aumento de capital - Em fase de homologação	-	-	-	-	(207)
Ajuste de avaliação patrimonial - plano baseado em ações	-	-	677	-	677
Ajuste de avaliação patrimonial - títulos disponíveis para venda	-	-	(311)	-	(311)
Remuneração do plano de benefícios definidos	-	-	317.531	-	317.531
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	15.876	-	-	(15.876)
Reserva estatutária	-	-	278.655	-	(278.655)
Juros sobre o capital próprio	-	40.572	303.659	-	(23.000)
Saldos em 30 de junho de 2023	26.044	25.004	(1.047)	-	3.158.801
Aumento de capital - Homologado	-	-	-	-	17.000
Ajuste de avaliação patrimonial - plano baseado em ações	-	-	6.860	-	6.860
Ajuste de avaliação patrimonial - títulos disponíveis para venda	-	-	(311)	-	(311)
Remuneração do plano de benefícios definidos	-	-	290.566	-	290.566
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	14.528	-	-	(14.528)
Reserva estatutária	-	-	278.655	-	(278.655)
Juros sobre o capital próprio	-	40.572	303.659	-	(23.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	26.044	25.004	(1.047)	-	3.158.801

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

1 CONTEXTO OPERACIONAL		2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
<p>O Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco") é uma instituição financeira privada, constituída sob a forma de Sociedade Anônima, autorizada a operar como banco múltiplo com as carteiras de investimento e de crédito, financiamento e investimento, incluindo a gestão e administração de carteiras de valores mobiliários e fundos de investimentos e a prática de operações de câmbio.</p> <p>O Banco, parte integrante do Grupo Goldman Sachs ("Grupo"), iniciou suas atividades operacionais no final de 2006 e vem desenvolvendo plataforma para novos negócios relacionados às atividades financeiras do Grupo no Brasil e no exterior. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas do Grupo, atuando de forma integrada nos mercados financeiros nacional e internacional, sendo os benefícios dos serviços prestados e os custos comuns dessa estrutura apropriados a cada entidade correspondente.</p> <p>Em 2008, o Banco passou a atuar como Participante de Liquidação Direta (PLD) da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), passando a liquidar e custodiar suas operações de derivativos listados.</p> <p>Em maio de 2003, o Banco Central do Brasil ("BACEN") autorizou o Banco a constituir a Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora"), sua subsidiária integral, a qual recebeu em dezembro de 2008 autorização do Conselho de Administração da B3 para operar como corretora no segmento de ações na categoria pleno. O Banco, como líder, e a Corretora, sua subsidiária integral, formam o Conglomerado Financeiro Goldman Sachs ("Conglomerado").</p> <p>Como parte de um esforço global de racionalização da estrutura societária do grupo Goldman Sachs ("Legal Entity Rationalization"), em 2017 foi constituída a sociedade Goldman Sachs Latin America Holdings LLC. ("Goldman Sachs Latin America"), a qual consolidou o controle das entidades Goldman Sachs na Argentina, Chile e México. A Goldman Sachs Latin America tem seu controle final exercido pelo Goldman Sachs Group.</p> <p>Sob esta iniciativa, a Reorganização Societária Intragrupo teve como objetivo agregar as entidades Goldman Sachs na região sob uma holding comum, de forma a criar um plano de resolução ("Resolution Plan") mais robusto para o grupo Goldman Sachs na América Latina, incluindo o Conglomerado Goldman Sachs no Brasil.</p> <p>Neste contexto a Reorganização Societária Intragrupo englobou os seguintes passos: Em atendimento ao disposto no art. 9º, inciso IV, da Resolução 4.970, foi criada uma sociedade limitada unipessoal, com sede no Brasil, sob a denominação de Goldman Sachs do Brasil Holding Financeira Ltda. ("GSHF"), cujo objeto social exclusivo é a participação societária em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e que inicialmente teve como única sócia a The Goldman Sachs Group, Inc;</p> <p>A The Goldman Sachs Group, Inc. contribuiu a totalidade da sua participação acionária na Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("GSBR"), a qual correspondia a 99,9% do capital social total, para GSHF;</p> <p>A GS Global Holding LLC. ("GS Global Holding") transferiu a totalidade da sua participação acionária na GSBR, a qual correspondia a 0,1% do capital social total, para Goldman Sachs Latin America; e por fim,</p> <p>A The Goldman Sachs Group, Inc. contribuiu a totalidade da sua participação acionária na GSHF para a Goldman Sachs Latin America.</p> <p>Em 23 de Outubro de 2023, o Banco Central do Brasil aprovou a reorganização societária intragrupo. Com a conclusão da Reorganização Societária, o Conglomerado Goldman Sachs no Brasil passou a ser controlado de forma direta pela GSHF, que por sua vez é controlada pela Goldman Sachs Latin America, a qual tem seu controle final, indireto, mantido pela The Goldman Sachs Group, Inc.</p> <p>Em 27 de fevereiro de 2024, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.</p>		<p>As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do BACEN.</p> <p>O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, o Banco, conforme aplicável, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN e alterações posteriores:</p> <p>a. CPC 00 (R1) - Estrutura conceitual para relatório financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21.</p> <p>b. CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21.</p> <p>c. CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20.</p> <p>d. CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16.</p> <p>e. CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20.</p> <p>f. CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11.</p> <p>g. CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21.</p> <p>h. CPC 24 - Evento subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20.</p> <p>i. CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09/IN BSB 319/2022.</p> <p>j. CPC 27 - Ativo imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16.</p> <p>k. CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.877/20.</p> <p>l. CPC 41 - Resultado por ação - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20.</p> <p>m. CPC 46 - Mensuração do valor justo - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21.</p> <p>n. CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21.</p> <p>Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação de ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas às instituições financeiras. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.</p> <p>As Demonstrações Financeiras são elaboradas e divulgadas de acordo os critérios gerais e procedimentos estabelecidos na Resolução CMN nº 4.818/20 e a Resolução BCB nº 2/20, que determinam, entre outros requisitos, a evidência em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes.</p> <p>As demonstrações financeiras estão apresentadas da seguinte forma:</p> <p>1. Apresentação:</p> <p>As contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, sem segregação entre circulante e não circulante. As aberturas por prazo de realização e exigibilidade para os grupos de ativos e passivos relevantes estão apresentadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras, conforme opção prevista no parágrafo único, do artigo 23 da Resolução BCB nº 2/20.</p> <p>Os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e as notas explicativas necessárias para o correto entendimento estão apresentadas de forma comparativa, quando relevantes para a compreensão do conjunto das demonstrações do período.</p>	

Apesar desse cenário adverso, a Goldman Sachs assessorou companhias a executarem, com sucesso, transações locais e internacionais que somaram aproximadamente R\$12 bilhões em volume, incluindo ofertas de ações e títulos de dívida no mercado estrangeiro. Para 2024, algumas incertezas ainda permeiam o mercado, como crescentes tensões geopolíticas, incertezas a respeito do crescimento das economias globais e os potenciais impactos das eleições norte americanas. No Brasil, somam-se preocupações fiscais, com desafios relacionados à implementação do novo arcabouço fiscal e à trajetória da dívida pública. No entanto, apesar desses fatores, espera-se uma intensificação da retomada dos mercados de capitais local e internacional, puxada pela perspectiva de

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

CNPJ nº 04.332.281/0001-30

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº 700, 16º andar, 17º andar e 18º andar - CEP: 04542-000

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

Balço Patrimonial

Em conformidade com a Resolução BCB nº 2/20, no Balço Patrimonial foram apresentados os saldos de todos os grupamentos contábeis relevantes para a correta compreensão da situação patrimonial do Banco, respeitando-se as informações mínimas exigidas pela norma. **a. No ativo:**

- Instrumentos financeiros:** composto por aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários.
- Ativos fiscais correntes e diferidos:** apresentado de forma segregada do grupo "Outros ativos" é composto por imposto de renda e contribuição social diferidos e impostos e contribuições a compensar.

b. No passivo:

- Obrigações fiscais correntes e diferidas:** apresentado de forma segregada do grupo "Outros passivos" e composto por imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos e obrigações fiscais e previdenciárias.

Demonstração do Resultado

Da mesma forma, em conformidade com a Resolução BCB nº 2/20, na Demonstração do Resultado foram apresentados os saldos relativos a todos os grupamentos contábeis relevantes para a compreensão do desempenho do Banco no período, especificando, no mínimo, as seguintes informações: (i) principais receitas e despesas de intermediação financeira, (ii) resultado de intermediação financeira, (iii) outras receitas operacionais, (iv) principais despesas operacionais, (v) despesas de provisões, (vi) resultado operacional, (vii) principais itens de outras receitas e despesas (viii) resultado antes dos tributos e participações, (ix) tributos e participações sobre o lucro, (x) resultado líquido, e (xi) resultado líquido por ação.

As receitas e despesas de intermediação financeira foram segregadas entre receitas e despesas de juros e similares, ganhos ou perdas líquidos de ativos e passivos financeiros e ganhos ou perdas líquidos com variação cambial.

Demonstração do Resultado Abrangente

A Demonstração do Resultado Abrangente é apresentada em sequência à Demonstração do Resultado. Na Demonstração do Resultado Abrangente estão apresentadas as seguintes informações: (i) resultado líquido do período, e (ii) outros resultados abrangentes do período, segregados entre itens que serão reclassificados para o resultado e itens que não serão reclassificados para o resultado.

O valor do efeito tributário relativo a cada componente está divulgado na nota 14 (b).

4. Outros ativos contábeis recentemente aplicáveis a exercícios futuros
I. Em novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a convergência das práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras e a norma internacional de instrumentos financeiro IFRS 9 (Internacional Financial Report Standard).
Em complemento à Resolução CMN nº 4.966, foi publicada durante o exercício a Resolução BCB nº 352 que conceitua critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, e demais instituições financeiras. As referidas normas tratam dos: (i) fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, (ii) a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, (iii) a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, e (iv) a evidencição de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativa.

Visando atender o Art. 76 da Resolução CMN nº 4.966/21, o Banco elaborou um plano de implementação da regulamentação contábil estabelecida na Resolução, a qual estará vigente em 1º de janeiro de 2025. O plano conta com a etapa de diagnóstico e planejamento, implementação e testes. A fase de diagnóstico e planejamento teve como objetivo avaliar a adequação das diversas áreas da organização, adequação de sistemas tecnológicos, reestruturação de modelo de negócio, análise de impactos tributários, bem como avaliação das assimetrias contábeis. Em 31 de dezembro de 2023 o Banco está em fase de desenvolvimento dos requisitos trazidos pela mudança na norma contábil, devendo concluir a fase de implementação e testes dentro do prazo estipulado pelo regulador. Os possíveis impactos gerados em função de reprocessamento das carteiras ocasionados pelas mudanças nas práticas contábeis, tais como (i) reconhecimento de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, (ii) reconhecimento de perdas de hedge e (iii) reconhecimento de perdas de hedge e (iv) a evidencição de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativa.

II. Em agosto de 2023 foi publicada a Resolução CMN nº 5.101 em complemento à Resolução CMN nº 4.975 que estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil. A norma entra em vigor em 1º de janeiro de 2025. A Administração concluiu que o impacto da adoção pelo Banco é imaterial. III. A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

IV. Em 2024 entra em vigor a Lei nº 14.596 de 14 de junho de 2023 (conversão da Medida Provisória nº 1.152 de 28 de dezembro de 2022) que aproxima as normas de preços de transferência brasileiras com as diretrizes da OCDE, o que resultará em alterações na metodologia de cálculo atualmente empregada pela instituição. As projeções de receitas auferidas com Serviços Prestados à Partes Relacionadas serão atualizadas quando houver definição das metodologias a serem adotadas pela Instituição em conformidade com a nova Lei. V. Em dezembro de 2023, foram publicadas as Instruções Normativas BCB nº 426, nº 427, nº 428, nº 429, nº 430, nº 431, nº 432 e nº 433 as quais definem as rubricas contábeis elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) para utilização pelas instituições financeiras a partir de 1º de janeiro de 2025. O Conglomerado está adaptando seus sistemas para viabilizar a adoção da norma no prazo determinado.

3. Outras considerações:

I. Em junho de 2021 foi emitida a Resolução CMN nº 4.924/2021, com vigência a partir de janeiro de 2022, que consolida e dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidencição contábeis, do conteúdo da resolução. Quanto ao conteúdo da resolução, as principais mudanças trazidas são referentes a aprovação do CPC 47 e a possibilidade de utilização de uma taxa alternativa à de câmbio à vista para conversão de transações e de demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional. A partir da data base de 01 de janeiro de 2023 o Banco adotou a faculdade prevista no Artigo 5º da Resolução CMN nº 4.924/21 que permite a utilização de taxa de câmbio diferente da informada pelo Banco Central do Brasil para a conversão de transações e de demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional, uma vez que a utilização atende às finalidades definidas na norma e cumpre as demais exigências que foram determinadas pelo Regulador. Conforme definido nessas regras mencionadas, o Banco decidiu pela utilização da taxa disponibilizada diariamente pela B3 em seu site.

Data	Posição líquida Denominada em US\$	PTAX	SPOT B3
31-Dez-22	2.444.683.00	5.2177	5.29150
31-Dez-23	171.940.00	4.8413	4.8521

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras individuais do Banco evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente entre os períodos.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão compostos por saldos em conta corrente, aplicações em moedas estrangeiras e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento na data da aquisição é igual ou inferior a 90 dias, de convertibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a risco insignificante de mudança de valor.

c. Instrumentos financeiros

• Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas pelo valor aplicado acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço.

• Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01, do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: (i) Títulos para negociação: são avaliados pelo valor de mercado, e seus ajustes são contabilizados em contrapartida à conta adequada de receitas e despesas do período; (ii) Títulos disponíveis para venda: contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do período, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajuste ao valor de mercado - TVM"; e (iii) Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do período. Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" são apresentados no ativo circulante, independente do seu vencimento.

• Instrumentos financeiros derivativos

Em conformidade com a Circular nº 3.092/02 do BACEN, os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de derivativos, com opções, operações de futuros, operações de swaps e outros, estão classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como hedge, sendo assim avaliados a valor de mercado, com os ganhos e perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente no resultado.

d. Operações de crédito

As operações de crédito estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos. As operações são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 90 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, quando aplicável, atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99.

e. Saldos de operações em moeda estrangeira

As transações realizadas em moeda estrangeira devem ser reconhecidas, mensuradas e evidenciadas segundo a regulamentação específica aplicável, de acordo com a essência econômica e a natureza da transação. No reconhecimento inicial, mediante a aplicação da taxa de câmbio à vista da data da transação sobre o montante de moeda estrangeira e na data-base de cada balancete ou balanço, pela taxa de câmbio da respectiva data-base, na conversão de itens monetários e itens não monetários mensurados pelo valor justo.

Na conversão de transações e de demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional, deve ser utilizada a taxa de câmbio à vista informada pelo BACEN, sendo facultada a utilização de taxa de câmbio à vista diferente da prevista no caput, desde que utilizada para eliminar ou reduzir significativamente inconsistência de mensuração ou de reconhecimento contábil que possa ocorrer em virtude da mensuração de itens patrimoniais ou de resultado em bases diferentes, ou oferecer informação mais confiável e relevante para o usuário da informação contábil. A partir da data base 01 de janeiro de 2023 o Banco adotou a faculdade prevista no Artigo 5º da Resolução CMN nº 4.924/21 que permite a utilização de taxa de câmbio à vista ("SPOT B3") diferente da informada pelo Banco Central do Brasil ("PTAX") para a conversão de transações e de demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional, uma vez que a utilização atende às finalidades definidas na norma e cumpre as demais exigências que foram determinadas pelo Regulador.

f. Investimentos em participações em controladas

O investimento em controlada, Corretora, está avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

g. Imobilizado de uso e depreciações acumuladas

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os benefícios, riscos e controles desses bens. Demonstrado ao custo de aquisição, menos a depreciação acumulada. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando-se as taxas que contemplam a vida útil econômica do bem.

h. Redução ao valor recuperável de ativos

O CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21, estabelece a necessidade das entidades efetuarem uma análise periódica para verificar o grau de valor recuperável dos ativos imobilizados. Nesse sentido, uma perda é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e seu valor em uso. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Administração não identificou nenhuma perda em relação ao valor recuperável de ativos não financeiros a ser reconhecida nas demonstrações financeiras.

i. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes são demonstrados ao custo de aquisição acrescidos dos rendimentos e das variações monetárias e cambiais incorridas deduzindo-se, quando aplicável, as correspondentes rendas de realizações futuras e/ou as provisões para perdas. Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar e acrescidos dos encargos e variações monetárias (em base pro rata) e cambiais incorridos até a data de encerramento do balanço.

j. Ativos e Obrigações fiscais correntes e diferidos

A Resolução CMN nº 4.842/20 consolidou os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e a Resolução BCB nº 15/20 consolidou os

procedimentos a serem observados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN na constituição ou baixa do ativo fiscal diferido e na divulgação de informações sobre ativos ou passivos fiscais diferidos em notas explicativas.

A provisão para imposto de renda federal foi constituída utilizando a alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$ 240 mil no exercício. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20% do lucro tributável. Ativo e passivo fiscais diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL, sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente.

Considerando as perspectivas de realização dos ativos fiscais diferidos, em 31 de dezembro de 2023, o Banco manteve registrado: (i) ativo fiscal diferido de IRPJ com a alíquota nominal de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) ativo fiscal diferido relativo à CSLL o qual foi calculado mediante a utilização da alíquota aplicável de acordo com a perspectiva da realização dos ajustes temporários. A Lei nº 14.183/21, resultante do Projeto de Lei de Conversão nº 12/21 (Medida Provisória nº 1.034/21), alterou a partir de 1º de julho de 2022 a alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécie de 20% para 25%, até o dia 31 de dezembro de 2022, e para 20% a partir de 1º de janeiro de 2023. A compensação dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social com resultados positivos em exercícios futuros está limitada a 30% do referido lucro se maior que o total de ativo diferido constituído.

k. Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para demandas judiciais e administrativas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC. As provisões para passivos contingentes de natureza tributária, trabalhista e cível, quando aplicável, são constituídas e reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito das ações e a opinião de seus consultores jurídicos, bem como, modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar das incertezas inerentes ao seu prazo e valor.

As contingências passivas são reconhecidas contabilmente quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

l. Benefícios a empregados e Pagamento baseado em ações

O reconhecimento, mensuração e divulgação dos benefícios a empregados são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.877/20.

Conforme a Resolução nº 4.877/20, que dispõe sobre os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de obrigações sociais e trabalhistas pelas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, a Administração do Banco, através de estudo técnico, verificou que não há passivo atual para a ser reconhecido nos termos do referido Pronunciamento Técnico para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Os funcionários elegíveis do Banco participam do Plano de Incentivo de Ações da The Goldman Sachs Group, Inc. através do recebimento de unidades de ações restritas ("RSUs"). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações concedidas multiplicado pelo valor da ação na data da concessão, sendo a despesa auferida refletida no resultado ao longo do período de aquisição de direito (*vesting period*) em contrapartida ao patrimônio líquido, em conformidade ao Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento baseado em ações (nota 17 (b)) e, posteriormente reclassificado para rubrica do passivo, "Outros passivos - Valores a pagar a sociedades ligadas", em função do acordo de repagamento entre o Banco e o controlador, The Goldman Sachs Group, Inc.

m. Resultado recorrente e não recorrente

A Resolução BCB nº 2/20 determina que as instituições financeiras devem apresentar em suas notas explicativas, de forma segregada, os resultados recorrentes e não recorrentes incorridos no exercício. Considera-se resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros (nota 18 (i)).

4 GERENCIAMENTO DE CAPITAL

A política de gerenciamento de capital do Conglomerado foi criada em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17. Tal medida está alinhada com as recomendações do Comitê de Basileia para fortalecer o sistema financeiro, incentivar melhores práticas de gestão e avaliações de risco, assegurar a manutenção de valores apropriados de capital e planejar futuras necessidades de capital.

A adequação de capital é de fundamental importância para o Conglomerado. O objetivo do Conglomerado é ser capitalizado de forma conservadora, com relação aos seus níveis de risco e em comparação com as exigências e padrões de referência externos. Assim sendo, o Conglomerado implementou uma política abrangente de Gerenciamento de Capital ("Política") que se destina a definir e manter um valor apropriado de capital.

Os níveis de capital do Conglomerado são determinados, principalmente, pelos requisitos regulatórios, podendo ser também influenciados por outros fatores, tais como, expectativas de novos negócios e condições de mercado. Os fatores que influenciam na revisão da política de gerenciamento de capital incluem, dentre outros:

- Leis, regulamentos e orientações regulatórias pertinentes;
- As avaliações de risco do Conglomerado, incluindo os riscos de reputação e estratégicos;
- A avaliação da estrutura de capital ideal do Conglomerado;
- Ambientes de mercado e econômico;
- Os negócios conduzidos pelo Conglomerado; e
- Os instrumentos de capital.

a. Estrutura de capital

As principais exigências de capital no Brasil que impactam o Conglomerado:

- Exigências de capital - Basileia** - O BACEN supervisiona o sistema bancário brasileiro de acordo com as diretrizes do Comitê de Basileia e outras regulamentações aplicáveis, incluindo o Acordo de Capital da Basileia.

- Exigências de capital - Limite de exposição por cliente** - O CMN e o BACEN, por meio da Resolução nº 4.677, estabelecem que o limite máximo de exposição a um mesmo cliente é de limitar a exposição total às contrapartes em 25% do Capital Regulatório de Nível 1 do Conglomerado.

- Limite de exposição cambial** - O CMN e o BACEN, por meio da Resolução nº 4.956, estabelecem que o limite máximo de exposição cambial é de 30% do Patrimônio de Referência. De acordo com o artigo 1º da Resolução nº 3.488/07, o limite máximo de exposição cambial foi estabelecido em 30% do Patrimônio de Referência do Conglomerado Financeiro.

- Ris de Taxa de Juros na Carteira Bancária ("IRRBB")** - O BACEN define metodologias e procedimentos para avaliação da adequação de capital para risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB).

A meta do Conglomerado é manter um nível de capital próprio que exceda os limites mínimos regulatórios nos termos da regulamentação em vigor, bem como um *buffer* que reflita o ambiente do mercado, nossos negócios e futuras alterações regulatórias.

b. Plano de contingência de capital (CCP)

No caso de um possível déficit em relação à meta de capital, o Conglomerado manterá um Plano de Contingência de Capital ("CCP") que o possibilitará responder rapidamente a um possível déficit no capital em relação à meta de capital. O CCP fornece uma estrutura para analisar e responder a uma deficiência efetiva ou observada, incluindo, entre outros, a identificação de fatores que desencadeariam uma deficiência de capital, bem como de fatores de redução e custos potenciais. O CCP define procedimentos de comunicação apropriados a serem seguidos durante um período de crise, incluindo divulgação interna de informações, bem como garantia de comunicação pontual com interessados externos.

Em conformidade com a Resolução BCB nº 54/20 do BACEN, as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) estão disponíveis no site: <http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/gestao-de-risco.html>.

5 GERENCIAMENTO DE RISCO - VISÃO GERAL

O Conglomerado acredita que gerir o risco de maneira eficiente é essencial para o sucesso do seu negócio. Desta forma, conta com abrangentes processos de gestão de risco, através do qual monitora, avalia e administra os riscos assumidos na realização de suas atividades. Tais processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, jurídico, regulatório e de reputação, incluindo também questões socioambientais e climáticas. A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas.

Governança: A estrutura de governança do Conglomerado detém o conhecimento e a responsabilidade necessários para a tomada de decisão em questões de gestão de risco, bem como para garantir a implantação de tais decisões. A governança tem início com a Diretoria do Conglomerado, que tem um papel significativo na revisão e aprovação das políticas e práticas de gestão de risco, seja diretamente ou através de seus comitês.

Processos: São mantidos pelo Conglomerado diversos processos, procedimentos e controles efetivos que são componentes essenciais à gestão de risco. O Conglomerado aplica uma estrutura rigorosa de controles de limites para controlar riscos em diversas transações, produtos, negócios e mercados. Isso inclui o estabelecimento de limites de risco de crédito e de mercado em diversos níveis, bem como o monitoramento diário destes limites.

Pessoas: A gestão de risco eficiente requer que as equipes que se envolvam na apuração e avaliação destas questões possam interpretá-las adequadamente e possam realizar ajustes contínuos ao portfólio do Conglomerado.

O Comitê de Riscos do Conglomerado (GSBRC) tem a missão de monitorar e controlar os riscos em todas as áreas de negócios que o Conglomerado atua no Brasil ou em todas as operações afetadas pelo Brasil. As metodologias de gestão e controles de risco do Comitê são consistentes com as metodologias do Comitê de Risco do Grupo.

As obrigações e responsabilidades do Comitê incluem o monitoramento dos riscos de mercado, crédito, liquidez, operacional e social, ambiental e climático. Ao cumprir essas obrigações e responsabilidades, o Comitê deve considerar, entre outras coisas, o possível efeito de quaisquer oportunidades de negócios, transações, produtos, aquisições, investimentos, atividades ou outros assuntos sobre a reputação do Conglomerado.

a. Risco de crédito

Risco de crédito significa a possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência ou de deterioração da qualidade do crédito de terceiros.

Em linha com os princípios da Resolução CMN nº 4.557/17, o Conglomerado possui uma estrutura e um normativo institucional de gerenciamento do risco de crédito, aprovado por seu Comitê de Risco.

A exposição ao risco de crédito do Conglomerado está em sua maior parte relacionada às operações de clientes no mercado de balcão. O risco de crédito também é proveniente de recursos financeiros depositados em outros bancos, operações de financiamento de títulos (tais como operações compromissadas) e recebíveis.

A Gestão de Risco de Crédito tem como objetivo avaliar, monitorar e administrar o risco de crédito ao qual o Conglomerado está exposto, e é independente em relação às unidades de negócios (geradoras de receita).

O Comitê de Riscos do Conglomerado (GSBRC) revisa as políticas e parâmetros de risco estabelecidos pelo Comitê de Riscos Globais, adequando-os conforme necessário para a Goldman Sachs Brasil, garantindo a conformidade com as exigências regulatórias locais.

As políticas autorizadas pelos Comitês Globais e local estabelecem o nível de aprovação formal necessária para que o Conglomerado assumia uma determinada exposição de risco em relação a um terceiro, levando em consideração quaisquer disposições de compensação, garantias e demais mitigadores de risco de crédito vigentes.

b. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de perda de valor de uma carteira devido às mudanças nos preços de mercado.

O Conglomerado mantém sua carteira com o principal intuito de formar mercado para clientes e para atividades de investimento e crédito. Deste modo, mudanças na carteira se baseiam no atendimento das solicitações de clientes e em oportunidades de investimento para o Conglomerado. A contabilização da carteira é realizada a valor de mercado e, portanto, com flutuação diária. As categorias de risco de mercado incluem:

- Risco de taxa de juros:** resultante, principalmente, das exposições às mudanças no nível e inclinação das curvas de rendimentos de juros, às volatilidades das taxas de juros e aos spreads de crédito.
- Risco de preço das ações:** decorrente das exposições às mudanças de preços e volatilidades de cada ação, cestas de ações e índices de ações.

Risco de taxa de câmbio: resultante das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das taxas de câmbio.

Risco de preço de commodities: decorrente das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das mercadorias *commodities*.

A Gestão de Riscos de Mercado, que é independente em relação às unidades geradoras de receita, está diretamente subordinada ao diretor de riscos e tem a responsabilidade principal de avaliar, monitorar e gerir riscos de mercado.

Os riscos são monitorados e controlados por meio de uma supervisão rigorosa e também através das funções independentes de controle e de suporte, que se estendem a todos os negócios globais do Conglomerado. São empregadas diversas métricas de risco para calcular a dimensão das perdas em potencial, tanto para movimentos de mercado suaves como para os mais extremos, dentro de horizontes de curto e longo prazo.

As métricas de risco usadas para horizontes de curto prazo incluem VaR ("*Value at Risk*") e métricas de sensibilidade. Para horizontes de longo prazo, as principais métricas de risco são o teste de estresse ("*stress-test*").

- Value at Risk:** O VaR é a perda potencial em valor das posições em uma carteira devido a

mudanças adversas de variáveis de mercado, em um determinado período de tempo, com um grau de confiança, sendo normalmente empregado um horizonte de um dia com 95% de confiança. O modelo captura riscos e a diversificação do risco agregado do Conglomerado, o qual avalia a exatidão do modelo através de backtesting diário.

Fator de risco

Taxa de juros	3,68	13,77
Moedas	5,37	9,44
Ações	2,42	1,67
Total	8,13	19,63

Efeito da diversificação

Risco operacional	(3,34)	(5,11)
-------------------	--------	--------

Análise de cenários e teste de estresse: Análise de cenários e testes de estresse mostram os possíveis impactos no capital e na liquidez do Conglomerado de vários eventos de mercado, incluindo, mas não limitado a: choques (i) em taxas de câmbio, (ii) em taxas de juros e (iii) no mercado de ações.

O Conglomerado utiliza limites de risco em diversos níveis para gerenciar o seu "apetite" a risco através do controle de suas exposições ao risco de mercado. Tais limites são revistos periodicamente e, conforme necessário, alterados permanente ou temporariamente para refletir as mudanças nas condições de mercado, de negócios ou de tolerância ao risco. Os limites são monitorados e reportados para a estrutura de governança, conforme apropriado.

Os relatórios de risco incluem detalhes sobre os principais riscos e seus determinantes, e são distribuídos para a alta administração do Conglomerado.

c. Risco operacional

Risco operacional é o risco de perda causada por pessoas, sistemas ou resultante de processos internos inadequados ou de eventos externos.

De acordo com os requisitos especificados na Resolução CMN nº 4.557/17 e melhores práticas de mercado, o Conglomerado possui uma estrutura de gestão do risco operacional em conformidade com as práticas globais do Grupo Goldman Sachs no que diz respeito à gestão e medição de exposição ao risco operacional.

Potenciais hipóteses de eventos de perda, relacionadas ao risco operacional interno e externo, incluem:

- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Execução, entrega e gestão de processos;
- Descontinuidade de negócios e falhas de sistema;
- Gerenciamiento de recursos humanos e segurança no trabalho;
- Danos em ativos físicos;
- Fraude interna; e
- Fraude externa.

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

Em Reais Mil

8 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Aplicações em operações compromissadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o saldo está composto conforme abaixo demonstrado:

Posição bancada:	2023		2022	
	Até 3 meses	Total	Até 3 meses	Total
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	490.006	490.006
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	1.122.128	1.122.128	1.367.189	1.367.189
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	1.521.610	1.521.610	853.430	853.430
Subtotal	2.643.738	2.643.738	2.710.625	2.710.625
Posição vendida:				
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	10.385	10.385	44.713	44.713
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	2.272	2.272	22.630	22.630
Subtotal	12.657	12.657	67.343	67.343
Total	2.656.395	2.656.395	2.777.968	2.777.968

b. Aplicações em depósitos interfinanceiros
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, estão constituídas por aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros no valor de R\$ 261.872 (2022 - R\$ 421.826), com vencimento até 2027 e taxas correspondentes a 100% do DI.

c. Títulos e valores mobiliários
A carteira de títulos e valores mobiliários está classificada, conforme os critérios estabelecidos na Circular nº 3.068/01 do BACEN, na categoria "títulos para negociação".

O valor de mercado dos títulos públicos e privados representa o seu valor presente, o qual foi calculado com base no fluxo de caixa futuro descontado pelas taxas praticadas no mercado. O valor da aplicação em quotas do Fundo de Investimento Liqueidez da Câmara BM&FBOVESPA Multimercado ("FILCB") e de fundo de investimento em direitos creditórios ("FIDC") reflete o valor da última quota divulgada pelos administradores dos fundos, contemplando os resgates e aplicações realizados no período.

A carteira de FIDC foi reclassificada integralmente de "Títulos para negociação" para "Títulos disponíveis para venda" no ano de 2022. A reclassificação foi realizada em consonância com os critérios estabelecidos pela Circular nº 3.068/01. Em 2023 não houve reclassificação de categoria. As ações são valorizadas pelas cotações de fechamento divulgadas pela B3 em contrapartida ao resultado do período.

O saldo da carteira de títulos e valores mobiliários, bem como sua composição, estão assim demonstrados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

c.1 Composição por classificação e tipo

Composição da carteira	2023		2022	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Carteira Própria	8.560.690	8.563.393	6.421.669	6.421.669
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	3.039.206	3.039.125	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.494.786	2.494.923	3.881.078	3.881.078
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	88.850	89.499	278.449	278.449
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	49.008	50.699	304.494	304.494
Cotas de FIDC	1.807.416	1.807.416	1.763.597	1.763.597
Debêntures	179.328	179.615	179.809	179.809
Ações	902.116	902.116	14.242	14.242
Vinculados a Compromisso de Recompra	67.554	67.552	150.848	150.848
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	67.554	67.552	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	150.848	150.848
Vinculados a Prestação de Garantias na B3	864.276	867.580	2.125.317	2.125.317
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	731.337	731.317	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	2.084.043	2.084.043
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	82.641	85.957	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	3.395	3.403	-	-
Fundo de Investimento Liqueidez da Câmara BM&FBOVESPA Multimercado - FILCB	46.903	46.903	41.274	41.274
Total da carteira	9.492.520	9.498.525	8.697.834	8.697.834

c.2 Classificação e composição por prazo de vencimento

Títulos para negociação (1)	2023		2022	
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses
Carteira própria	907.861	3.246.341	1.536.320	825.072
Vinculados a compromisso de recompra	-	67.552	-	67.552
Vinculados a prestação de garantias na B3	46.903	299.661	431.656	19.011
Subtotal	954.764	3.546.002	2.035.528	844.063
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	-
Carteira própria	-	-	855.540	951.876
Vinculados a prestação de garantias na B3	-	-	855.540	951.876
Subtotal	-	-	1.711.080	1.903.752
Total da carteira	954.764	3.546.002	2.891.068	2.747.815

(1) Títulos classificados na categoria para negociação e, assim, apresentados no balanço patrimonial como ativo circulante, independente de suas datas de vencimento, conforme Circular nº 3.068/01, do BACEN.

d. Instrumentos financeiros derivativos

Estão representados por operações de futuros, swap, opções, operações a termo de título público e de moeda - NDF (Non Deliverable Forward) e outros derivativos devidamente registrados na B3, envolvendo taxas do mercado interfinanceiro, ações, commodities e variação cambial. O Banco atua no mercado de futuros da B3, principalmente como parte da execução de sua política de gerenciamento de riscos, a fim de reduzir os riscos resultantes de suas operações (hedge global).

A área de Gerenciamento de Risco é independente e utiliza técnicas globais para mensuração dos potenciais riscos inerentes ao carregamento de suas posições.

A gestão de riscos e os controles internos existentes visam permitir que o Banco não se exponha excessivamente à movimentação das taxas de juros, índices de preços, do câmbio e de commodities.

Os controles mantidos são aprovados internamente, adotando-se os parâmetros internacionais utilizados pela organização mundialmente. Tais controles baseiam-se em parâmetros estatísticos, tais como "VaR".

A precificação dos contratos futuros detidos pelo Banco é apurada com base nos preços de fechamento divulgados diariamente pela B3.

A precificação das operações de swap e a termo de título público e NDF é fundamentada pela geração de curvas de mercado obtidas por intermédio de estruturas temporais de taxas de juros, cujas cotações de preços são obtidas pela mesa de operações e divulgadas por agências como Bloomberg, Reuters, Anbima e a própria B3.

O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como Black & Scholes, utilizando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para analisar as volatilidades. Os instrumentos financeiros derivativos listados acima, registrados em contas patrimoniais e de compensação, em 31 de dezembro de 2023 de 2022, estão representados como segue:

d.1 Composição por indexador.

Operações de swap	2023		2022	
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal	Valor nominal
Ações	19.055	(84.948)	1.031.831	145.156
Commodities	358	(357)	121.044	-
Indexados em Índices de Preços e Juros	89.053	(1.123.768)	17.472.038	17.112.204
Moeda Estrangeira	930.951	(972.149)	12.592.075	19.852.159
Taxa de Juros Pré - Reais	1.809.239	(2.045.740)	138.003.950	59.587.178
Outros	145.073	(188.483)	813.155	-
Opções de ações	271.270	(147.419)	5.634.627	15.065.913
Compra de opção de compra	243.276	-	2.026.742	1.362.135
Venda de opção de compra	-	(121.615)	1.746.718	6.683.666
Compra de opção de venda	27.994	-	977.328	6.134.389
Venda de opção de venda	-	(25.804)	893.839	895.723
Opções de moeda	36.048	(66.156)	4.182.636	13.925.670
Compra de opção de compra	9.756	-	796.598	3.440.084
Venda de opção de compra	-	(51.139)	1.536.474	1.400.084
Compra de opção de venda	26.292	-	1.172.782	5.472.251
Venda de opção de venda	-	(15.017)	677.782	3.472.251
Opções de commodities	2.114	-	26.455	7.525.308
Compra de opção de compra	2.114	-	26.455	2.912.859
Venda de opção de compra	-	-	-	2.884.347
Compra de opção de venda	-	-	-	864.051
Venda de opção de venda	-	-	-	864.051
NDF de moedas	357.086	(441.614)	53.991.381	44.493.988
Posição comprada	63.288	(377.529)	29.550.919	23.021.326
Posição vendida	293.798	(64.085)	24.440.462	21.472.662
NDF de commodities	164.246	(163.540)	3.706.160	5.323.947
Posição comprada	139.389	(24.594)	1.852.719	2.661.461
Posição vendida	24.857	(138.946)	1.853.441	2.662.486
Outros derivativos	2.013.964	(164.460)	4.642.084	3.424.544
Posição comprada	2.013.964	-	3.949.080	2.311.479
Posição vendida	-	(164.460)	693.004	1.113.065
Operações com futuros	7.787	(4.534)	5.773.354	43.595.822
Posição comprada	6.522	(411)	2.454.234	32.236.651
Cupom cambial - DDI	6.169	-	1.487.386	783.843
DI	-	-	(179)	12.089.819
DI de 1 dia	-	-	(232)	582.243
Depósito	353	-	117.402	18.034.439
Posição vendida	1.265	(4.123)	3.319.120	11.356.171
Cupom cambial - DDI	-	-	(3.365)	5.087.027
DI	-	-	-	608.988
DI de 1 dia	995	-	1.798.228	1.036.691
IND	270	-	217.264	-
SCS	-	-	-	1.318.400
WDO	-	(758)	262.018	3.305.065
Termo de título público	-	-	-	4.769.033
Compra a termo de título público	-	-	-	2.652.087
Venda a termo de título público	-	-	-	2.116.946
Total	5.846.244	(5.403.168)	247.991.790	234.719.922

d.2 Composição por valor nominal por contraparte

Operações de swap	2023		2022	
	Instituições Financeiras	Corporate/ Setor Público	Institucional	B3
Operações de swap	3.553.976	30.982.325	135.497.792	-
Opções	27.401	1.471.756	1.717.827	6.627.734
NDF	2.332.820	7.218.905	48.145.816	-
Outros	423.523	25.159	4.193.402	-
derivativos	-	-	-	4.642.084
Operações com futuros	-	-	-	5.773.354
Termo de título público	-	-	-	-
Total	6.337.720	39.698.145	189.554.837	12.401.088

d.3 Composição do valor nominal por local de negociação

Operações de swap	2023		2022	
	Bolsa	Balcão	Valor nominal	Valor nominal
Opções	6.627.734	3.216.984	170.034.093	96.696.697
NDF	-	57.697.541	9.844.718	36.415.891
Outros derivativos	-	4.642.084	4.642.084	49.817.935
Operações com futuros	5.773.354	-	5.773.354	43.595.822
Termo de título público	-	-	-	4.769.033
Total	12.401.088	235.590.702	247.991.790	234.719.922

d.4 Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

Os ajustes diários das operações realizadas em mercado futuro, bem como o resultado dos contratos de swap, opções, termo de moeda e outros derivativos são registrados em receita ou despesa, quando auferidos, e representam seu valor de mercado atualizado.

Ativo	2023		2022	
	Valor de custo	Ganhos/perdas não realizados	Valor de mercado	Valor de mercado
Operações de swap	4.383.397	1.455.060	5.838.457	19.157.964
Opções	1.972.641	1.021.088	2.993.729	4.187.654
Non-Deliverable Forward - NDF	140.436	168.996	309.432	9.242.061
Outros derivativos	353.188	168.144	521.332	560.810
Termo de título Público	1.917.132	96.832	2.013.964	401.492
Passivo	(4.336.968)	(1.061.666)	(5.398.634)	(10.671.425)
Operações de swap	(3.562.777)	(852.668)	(4.415.445)	(4.968.185)
Opções	(141.947)	(71.628)	(213.575)	(148.069)
Non-Deliverable Forward - NDF	(446.876)	(158.278)	(605.154)	(465.551)
Outros derivativos	(185.368)	20.908	(164.460)	(321.332)
Termo de título Público	-	-	-	(4.768.288)

d.5 Resultado com derivativos
Operações de swap (269.129) 382.457
Opções (386.709) (26.834)
Non-Deliverable Forward - NDF (969.560) (619.613)
Operações com futuros (392.854) 646.797
Outros derivativos 2.346 (2.377)
Total (456.780) 380.430

e. Operações de crédito

e.1 Empréstimos

As operações de crédito estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

As operações são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica "Operações de Crédito" refere-se, principalmente, a empréstimo representado por um contrato indexado ao CDI acrescido de uma taxa fixa anual, concedido na forma de cédula de crédito bancário para entidade não ligada, cuja atividade econômica se insere na categoria de prestação de serviços, com vencimento em junho de 2025 e pagamento de juros semestrais.

O saldo da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 301.553 (2022 - R\$ 302.133). O nível de risco da operação está classificado como "C", razão pela qual foi constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$ 9.047 (2022 - R\$ 9.064), correspondente a 3% do valor atualizado do crédito concedido.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a receita de operações de crédito é de R\$ 48.922 (2022 - R\$ 24.106). Também composto por R\$ 128 (2022 - R\$ 299) referente a rendas de empréstimos de ações. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/99.

Em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 6 (2022 - R\$ 9.462) refere-se a modalidade de empréstimos de valores mobiliários de que trata a Resolução CMN nº 3.539/08, com vencimento até 16 de janeiro de 2024 (dezembro 2022 com vencimento até 30 de janeiro de 2023).

e.3 Rendas de empréstimos - Outros

Em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 43.606 (2022 - R\$ 32.544) refere-se a despesas de direitos por empréstimos de ações.

f. Outros créditos com característica de concessão de crédito

Em 31 de dezembro de 2023, outros créditos com característica de concessão de crédito referem-se a confissão de dívida oriunda do término antecipado de operação de derivativo de balcão no montante de R\$ 128.376. Em conformidade com o estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682, a operação teve seu risco de crédito classificado como rating H e, por consequência, constituída provisão para perda de crédito de 100% do valor da operação totalizando R\$ 128.376. Não há operações na modalidade de outros créditos com característica de concessão de crédito em 31 de dezembro de 2022.

g. Outros instrumentos financeiros

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

Em Reais Mil

	2023		2022	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (2)	(540.833)	(57.325)	(424.051)	(44.403)
Juros sobre o Capital próprio a pagar	(2.550)	-	-	-
Goldman Sachs do Brasil Holding				
Financeira (1)	(2.547)	-	-	-
Goldman Sachs Latin America Holdings LLC (1)	(3)	-	-	-
Empréstimos no exterior	(843.717)	317.138	(12.876.838)	(52.152)
The Goldman Sachs Group, Inc. (1)	(8.199)	263.580	(12.876.838)	(52.152)
Goldman Sachs Latin America Holding LLC (1)	(835.518)	53.558	-	-
Obrigações por operações compromissadas	(67.515)	12.201	(150.526)	(21.998)
Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior				
Crédito Privado (4)	-	3.594	(68.385)	(14.100)
Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (2)	(67.515)	8.607	(82.141)	(7.898)
Outros instrumentos financeiros - Carteira de câmbio	-	-	(22.724)	-
Goldman Sachs International (3)	-	-	(22.724)	-
Outros passivos - Negociação e intermediação de valores	(154.228)	677	(523.874)	(1.315)
Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (2)	(272)	677	(638)	(1.315)
Goldman Sachs International (3)	(135.035)	-	(445.785)	-
Goldman Sachs Capital Markets, L.P. (3)	(18.380)	-	(77.451)	-
Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior				
Crédito Privado (4)	(541)	-	-	-
Outros passivos - Valores a pagar a sociedades ligadas (i)	(68.220)	3.623	(76.734)	(24.599)
The Goldman Sachs Group, Inc. (1)	(65.289)	-	(74.212)	-
Goldman, Sachs & Co. LLC (3)	(1.994)	39	(1.312)	(16.150)
Goldman Sachs International (3)	(297)	608	(179)	(127)
Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (2)	(18)	-	(1.000)	-
J. Aron & Company (3)	(243)	252	-	-
GSBR SE, Paris Branch (3)	-	1.379	-	(7.670)
GSBR SE, Milan Branch (3)	-	1.345	-	(404)
Outras partes relacionadas (3)	(379)	-	(31)	(248)
Patrimônio líquido - Capital social	(2.822.788)	-	(2.532.318)	-
Goldman Sachs do Brasil Holding				
Financeira (1)	(2.819.965)	-	-	-
Goldman Sachs Latin America Holdings LLC (1)	(2.823)	-	-	-
The Goldman Sachs Group, Inc. (1)	-	-	(2.529.788)	-
Goldman Sachs Global Holdings L.L.C. (1)	-	-	(2.530)	-

(i) "Outros passivos - Valores a pagar a sociedades ligadas" referem-se, principalmente, ao repagamento do plano de incentivo de ações (RSUs). As transações entre partes relacionadas foram contratadas em termos equivalentes aos que prevalecem em transações entre partes independentes, considerando-se prazos e taxas médias usuais de mercado e a ausência de risco, vigente nas respectivas datas.

6. Remuneração de pessoas-chave da Administração

Para fins de divulgação, são considerados pessoas-chave da Administração os diretores estatutários do Conglomerado.

	2023	2022
Benefícios de curto prazo - Administradores		
Proventos	31.535	29.853
Encargos sociais curto prazo	9.643	7.509
Benefícios de longo prazo - Administradores		
Pagamento baseado em ações	12.613	11.993
Encargos sociais longo prazo	4.251	4.092

17 PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA E DE INCENTIVO DE AÇÕES

a. Plano de previdência privada

O Banco oferece a todos os funcionários um plano de previdência privada PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre) na modalidade de contribuição definida. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Banco contribuiu com R\$ 4.443 (2022 - R\$ 3.980) para o fundo de previdência.

b. Plano de incentivo de ações

The Goldman Sachs Group, Inc. empresa controladora do Banco, patrocina o plano de pagamento em ações, Plano de Incentivo de Ações da The Goldman Sachs Group, Inc. (SIP), que prevê, entre outras alternativas, concessões de opções de ações de incentivo e unidades de ações restritas (RSUs).

A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio de ações é mensurada com base no valor justo da data da outorga do prêmio. Prêmios de ações que não requerem prestação de serviços futuras são reconhecidos como despesa (ex., prêmios adquiridos, incluindo prêmios concedidos a ex-empregados elegíveis). Prêmios de ações que requerem prestação de serviços futuras são amortizados no decorrer do período do serviço prestado. As prescrições previstas são incluídas na determinação da despesa de pagamento de ações a empregados. O Banco paga dividendos equivalentes em dinheiro sobre o saldo RSUs.

• Unidades de ações restritas

A empresa controladora indireta outorga RSUs para os empregados da Banco de acordo com o SIP, as quais são avaliadas com base no preço de fechamento das ações na data da outorga levando em consideração um desconto de liquidez de quaisquer restrições aplicáveis pós-aquisição de transferência. O direito adquirido sobre as unidades de ações restritas, bem como as ações ordinárias entregues, são concedidas conforme descrito no acordo de RSU, prevendo outorga acelerada em determinadas circunstâncias, tais como, aposentadoria, morte, incapacidade e conflito de trabalho. A entrega das ações ordinárias está condicionada à aquisição de direito dos beneficiários que preencham os requisitos definidos no plano de incentivos. As RSUs são emitidas em dólar americano e convertidas para reais pela taxa SPOT B3 de venda divulgada pelo BACEN para 29 de dezembro de 2023 e PTAX para 30 de dezembro de 2022. A movimentação das RSUs para 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 está demonstrada a seguir:

DIRETORIA	
André dos Santos Mendonça	Paula Penna Moreira
Carlos Alberto R. Loureiro Júnior	Ricardo Donisete Stabile
Juliano Meira Campos Arruda	Ricardo Genis Mourão
Kathia Aparecida Autuori	Ricardo Henrique Tardelli Bellissi
Leorem Carneiro de Oliveira	Silvia Regina C. Valente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos (notas 3(c) e 8 (d))

O Banco atua de forma significativa no mercado de derivativos, tais operações são mensuradas ao valor justo, com base em modelos internos de precificação que utilizam dados observáveis de mercado. Mantivemos essa área como foco de auditoria devido ao uso de modelos internos na mensuração do valor justo, que poderiam produzir variações no valor justo diferentes daquelas estimadas pela administração.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram a atualização do nosso entendimento e testes sobre os controles relevantes identificados no processo de mensuração ao valor justo dos instrumentos derivativos.

Nossos procedimentos também consideraram a reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica dos sistemas, verificação de dados das operações com a posição de custódia e, em base amostral, a verificação dos contratos para obter o conforto sobre a acuracidade dos dados das operações considerados no cálculo do valor justo.



Com o apoio de nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros derivativos, analisamos as principais metodologias de valorização desses instrumentos financeiros. Reperformamos, em base amostral, a valorização de determinadas operações, bem como comparamos as premissas e metodologias utilizadas pela administração com as práticas de mercado e analisamos a consistência das metodologias e premissas com as aplicadas em períodos anteriores.

Consideramos que os modelos e premissas adotados pela Administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas em notas explicativas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

	2023	2022
Rendas de serviços prestados a ligadas (1)	468.617	524.056
Rendas de serviços de consultoria e assessoria técnica (2)	26.285	158.091
Rendas de comissões de colocação de títulos	7.709	8.215
Rendas de gestão de fundos de investimentos (3)	13.279	11.859
Total	515.890	702.221

1. Referem-se a receitas com taxa de *clearing* e rendas de serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira prestadas a partes relacionadas.
2. Referem-se a rendas de serviços prestados a terceiros.
3. Rendas de gestão de fundos de investimentos são compostas, na sua totalidade, por receita com partes relacionadas.

d. Benefícios a empregados e despesas de remuneração da Diretoria

Em 31 de dezembro de 2023, benefícios de curto prazo a empregados e despesas de remuneração da Diretoria referem-se a:

	2023	2022
Proventos	265.433	278.020
Encargos	91.692	91.980
Benefícios e treinamentos	35.164	33.589
Total	392.289	403.589

Conforme Resolução CMN nº 4.877/20, que dispõe sobre os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de obrigações sociais e trabalhistas pelas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, a Administração do Banco, através de estudo técnico, verificou que não há passivo atuarial a ser reconhecido nos termos do referido Pronunciamento Técnico para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

e. Outras despesas administrativas

Em 31 de dezembro de 2023, outras despesas administrativas referem-se a:

	2023	2022
Serviços do sistema financeiro (1)	68.222	55.233
Aluguel	19.411	15.595
Processamento de dados	17.371	16.146
Serviços técnicos especializados (2)	9.386	28.501
Serviços de terceiros	7.146	5.798
Depreciação e amortização	6.890	10.659
Viagens	5.774	6.959
Materiais, manutenção e conservação de bens	4.647	5.909
Comunicação, publicações, propaganda e publicidade	4.585	4.528
Seguros, vigilância e segurança	3.888	3.743
Promoções e relações públicas	2.168	1.029
Outras despesas administrativas	12.186	14.203
Total	161.674	168.303

(1) Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, serviços do sistema financeiro incluem comissões por indicação ("*referral fees*") e comissões de distribuição de Certificados de Operações Estruturadas ("COE") emitidos pelo Banco.

(2) Em 31 de dezembro de 2023, serviços técnicos especializados incluem serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira, contratados com partes relacionadas, no valor de R\$ 3.039 (2022 - R\$ 24.599).

f. Despesas tributárias

Em 31 de dezembro de 2023, despesas tributárias referem-se a:

	2023	2022
Despesas de impostos sobre serviços de qualquer natureza - ISS	25.848	35.258
Despesas de contribuição ao PIS/COFINS	31.393	42.862
Outras contribuições	2.542	5.525
Despesas tributárias - IOF	490	415
Total	60.273	84.060

g. Outras receitas/(despesas) operacionais

Outras receitas/(despesas) operacionais referem-se, substancialmente, à receita de estabelecimento no valor de R\$ 8.275 (2022 - R\$ 19.848), à receita decorrente do reembolso do custo incorrido no desenvolvimento tecnológico de uso interno no montante de R\$ 14.944 (2022 - despesa R\$ 8.273) e a variação cambial negativa sobre saldos registrados em moeda estrangeira no valor de R\$ 6.213 (2022 - despesa de R\$ 4.332).

h. Resultado não operacional

Referem-se, substancialmente, à receita decorrente da (i) locação de ativos, conforme descrito no "Instrumento Particular de Aluguel de Ativos", firmado na data de 28 de junho de 2013, e (ii) sublocação de imóvel, conforme descrito no "Instrumento Particular de Sublocação para fins não Residenciais", firmado na data de 04 de fevereiro de 2013, ambos entre o Banco e a Corretora, no montante de R\$ 2.976 (2022 - R\$ 2.504).

i. Resultado recorrente e não recorrente

A Resolução BCB nº 2/20 determina que as instituições financeiras devem apresentar em suas notas explicativas, de forma segregada, os resultados recorrentes e não recorrentes ocorridos no período. Considera-se resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Banco apresenta a totalidade de seu resultado segregado como recorrente, no montante de R\$ 317.531 (2022 - R\$ 493.906).

19 LIMITES OPERACIONAIS

Índice de Basileia e de imobilização

O Banco adota a apuração dos limites operacionais de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, em conformidade com as diretrizes do BACEN.

Em 31 de dezembro de 2023, o índice de Basileia apurado de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil, com base no Conglomerado Prudencial, é de 19,35% (2022 - 17,72%), sendo o Patrimônio de Referência de R\$ 2.769.795 (2022 - R\$ 2.845.230).

O índice de imobilização do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2023 é de 0,98% (2022 - 0,89%).

20 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 21 de fevereiro de 2024, a entidade com a qual o Banco mantém uma confissão de dívida oriunda do término antecipado de operação de derivativo de balcão no montante de R\$ 128.376, sendo 100% desse montante provisionado como perdas esperadas de outros créditos com característica de concessão de crédito, apresentou plano de recuperação extrajudicial para quitar suas dívidas. O acordo foi aprovado pelos credores que representam mais de 1/3 do total do débito a ser reestruturado. A medida dará à companhia uma proteção de mais 90 dias contra a execução de dívidas na Justiça. A recuperação extrajudicial é um acordo firmado diretamente entre a empresa devedora e seus credores com o objetivo de facilitar o pagamento das dívidas. O plano passará por homologação judicial.

CONTADORA

Tatiana L. M. Navarro Baldívieso	Paulo Rodrigo Pecht
CRC 1SP240271/O-7	CRC 2SP000160/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos (notas 3(c) e 8 (d))

O Banco atua de forma significativa no mercado de derivativos, tais operações são mensuradas ao valor justo, com base em modelos internos de precificação que utilizam dados observáveis de mercado. Mantivemos essa área como foco de auditoria devido ao uso de modelos internos na mensuração do valor justo, que poderiam produzir variações no valor justo diferentes daquelas estimadas pela administração.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram a atualização do nosso entendimento e testes sobre os controles relevantes identificados no processo de mensuração ao valor justo dos instrumentos derivativos.

Nossos procedimentos também consideraram a reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica dos sistemas, verificação de dados das operações com a posição de custódia e, em base amostral, a verificação dos contratos para obter o conforto sobre a acuracidade dos dados das operações considerados no cálculo do valor justo.

Com o apoio de nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros derivativos, analisamos as principais metodologias de valorização desses instrumentos financeiros. Reperformamos, em base amostral, a valorização de determinadas operações, bem como comparamos as premissas e metodologias utilizadas pela administração com as práticas de mercado e analisamos a consistência das metodologias e premissas com as aplicadas em períodos anteriores.

Consideramos que os modelos e premissas adotados pela Administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas em notas explicativas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabil